



Objetivo

Compreender os impactos da LGPD para o desenvolvimento do processo eleitoral

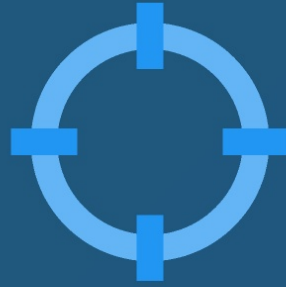
Agenda

1º Encontro

- Apresentação
- Conceitos básicos
- Princípios aplicados na eleição
- Proteção de dados em algumas eleições

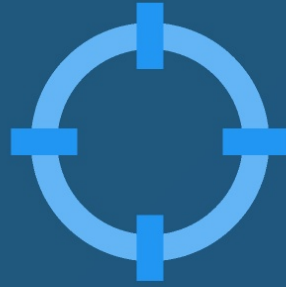
2º Encontro

- LAI e Legislação eleitoral
- Partidos e candidatos
- Justiça Eleitoral
- Penalidades



Por que dados pessoais são importantes? Isso é novo?





Proteção de Dados como direito fundamental

Privacidade

"Mesmo a fofoca aparentemente inofensiva, quando ampla e persistentemente divulgada, é potente para o mal. Isso deprecia e perverte. Ele diminui ao inverter a importância relativa das coisas, diminuindo assim os pensamentos e as aspirações de um povo"

(The Right to Privacy. Samuel D. Warren; Louis D. Brandeis - 1890)

Pontos do direito à privacidade

- O direito à privacidade não proíbe qualquer publicação de matéria de interesse público ou geral
- O direito à privacidade não proíbe a comunicação de qualquer assunto
- A lei provavelmente não concederia reparação para publicação oral, na ausência de dano
- A verdade da matéria publicada não serve como defesa
- A ausência de má-fé não serve como defesa
- O direito à privacidade cessa com a publicação do fatos pelo indivíduo, ou com seu consentimento

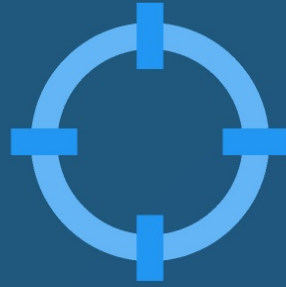
Direito a autodeterminação informativa

1. Nas condições de processamento moderno de dados, a proteção do indivíduo contra a coleta, armazenamento, uso e divulgação ilimitados dos seus dados pessoais é abrangida pelo direito pessoal geral do artigo 2.º, n.º 1, da Lei Básica em conjugação com o artigo 1.º, §1º da Lei Básica. Nesse sentido, o direito fundamental garante o direito do indivíduo de determinar de maneira geral a divulgação e o uso de seus dados pessoais.

2. As restrições a este direito de "autodeterminação informativa" são permitidas apenas no interesse geral predominante. Exigem uma base jurídica constitucional, que deve corresponder ao requisito do Estado de direito de clareza das normas. Nos seus regulamentos, o legislador também deve respeitar o princípio da proporcionalidade. Ele também deve tomar precauções organizacionais e processuais que neutralizem o risco de violação dos direitos pessoais.

(Alemanha. BVerfGE 65, 1 - Volkszählung, 1983)

PEC 17/2019 - LXXIX – é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. (aprovada em segundo turno pela Câmara em 31/08/2021)



Dados pessoais sensíveis

Hipóteses

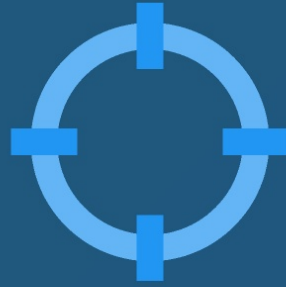
I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;



Bases de tratamento

Conceito

Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de carácter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural

Quando pode tratar?

I - quando o titular ou seu responsável legal **consentir**, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for **indispensável para**:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) ;

Princípios da LGPD

Finalidade

Necessidade

Transparência

**Não
discriminação**

Finalidade

Realização do tratamento para propósitos **legítimos, específicos, explícitos** e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades

Caso 1 - Candidato que tem um centro social para prestar serviços gratuitos de saúde à população do bairro utiliza o cadastro de pessoas atendidas para, no período eleitoral, enviar mensagens de sua candidatura.

Necessidade

Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados

Caso 2 - Partido político, com o objetivo de fiscalizar a eleição, solicita à Justiça Eleitoral todos os dados biométricos do eleitorado.

Transparência

Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento

Caso 3 - Coligação disponibiliza na página da candidatura ao cargo de Senador da República formulário para solicitação de informações pelo cidadão.

Não discriminação

Impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos

Caso 4 - Candidato faz segmentação de seu público-alvo e chega a conclusão de que tem baixa adesão entre os jovens de 16 a 24 anos. Assim, como forma de otimizar recursos, exclui da mala direta esse grupo de eleitores.

Proteção de dados nos processos eleitorais no mundo





Espanha

1. A compilação de dados pessoais relativos às opiniões políticas das pessoas que gerenciam os partidos políticos no quadro das suas atividades eleitorais encontra-se amparado no interesse público quando forem oferecidas garantias adequadas. (Art. 58 bis, Ley Orgánica 5/1985, de 19 de junio, del Régimen Electoral General.)

Declarado inconstitucional - fundamentos:

- Falta de definição da finalidade
- Sem delimitar pressupostos e condições para o tratamento
- Sem estabelecer as condições adequadas de segurança



França

Finalidades aceitas para tratamento de dados nas eleições

- Gestão dos contatos regulares do eleito ou do candidato;
- Gestão de contatos pontuais do partido político, do eleito ou do candidato;
- Gestão das operações de comunicação, prospecção política e propaganda eleitoral destinadas a estas pessoas, independentemente do meio de comunicação utilizado;
- Gestão das operações ligadas ao financiamento de um partido ou das operações eleitorais do eleito e do candidato;
- A realização de estudos estatísticos, com exceção das pesquisas de opinião

Obs: A reutilização do arquivo criado para uma determinada eleição não deve ser mantida além desse prazo ou utilizada para outros fins. (CNIA Délibération 2012-021 du 26 janvier 2012)



Reino Unido

[tratamento de dados não informado] representa um risco de manipulação oculta que prejudica o processo democrático. [...] As pessoas só podem fazer verdadeiramente escolhas informadas sobre em quem votar, se tiverem certeza de que suas decisões não foram injustamente influenciadas.

É aceitável manter dados pessoais para uso de uma campanha para outra, desde que se verifique:

- os dados pessoais são necessários para campanhas futuras;
- estaria nas expectativas razoáveis dos indivíduos manter os dados;
- o que foi informado às pessoas no ponto de coleta;
- as campanhas futuras podem resultar em processamento para uma finalidade diferente;
- é capaz de manter os dados com segurança

(ICO - Information Commissioner's Office)



Irlanda

Para partidos e candidatos: É importante manter um registro do consentimento, pois você precisa ser capaz de demonstrar que teve consentir em usar os seus dados pessoais desta forma.

Art. 59. O direito do titular dos dados de se opor a qualquer momento ao tratamento de dados pessoais que lhe digam respeito ao abrigo do artigo 21º não se aplica ao tratamento efetuado:

- (a) no curso das atividades eleitorais no Estado por:
 - (i) um partido político, ou
 - (ii) um candidato à eleição ou titular de um cargo político eletivo no Estado
- (b) pela Comissão de Referendo no desempenho de suas funções.

LGPD x LAI/Legislação Eleitoral - transparência

Finalidades distintas

LGPD - Privacidade do cidadão

LAI - Fiscalização da Administração Pública

Legislação Eleitoral - Preservar a normalidade e legitimidade do pleito

LGPD - Partidos e Candidatos

Lei 9.096/95 - Art. 19 § 3º Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral.

Lei 9.504/97 - Art. 57-B § 2º Não é admitida a veiculação de conteúdos de cunho eleitoral mediante cadastro de usuário de aplicação de internet com a intenção de falsear identidade.

Art. 57-E. São vedadas às pessoas relacionadas no art. 24 a utilização, doação ou cessão de cadastro eletrônico de seus clientes, em favor de candidatos, partidos ou coligações.

§ 1º É proibida a venda de cadastro de endereços eletrônicos.

LGPD e Justiça Eleitoral

O posicionamento vem evoluindo

2011 - Vedado compartilhamento internacional - 1219-59.2011.6.00.0000

2013 - "Exclusão" de dado de candidato não eleito apenas encerrado o prazo do mandato - 501-91.2013.6.00.0000

2014 - Dados de candidatos replicados em outros sites não é da Justiça Eleitoral a competência pela interrupção do tratamento - 534-47.2014.6.00.0000

2020 - "Exclusão" de dado de candidato não eleito antes de encerrado o mandato, mas após acabar o processo eleitoral - 0600448-51.2019.6.00.0000

2021 - Negado acesso dos partidos a caderno de votação - TRE-SE 0600724-37.2020.6.25.0005

LGPD e Justiça Eleitoral

Projeto de Código Eleitoral

Art. 505. Compete à Justiça Eleitoral a regulamentação, fiscalização e aplicação jurisdicional das disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), em relação ao tratamento de dados por candidatos, partidos e coligações.

Art. 507. É permitido aos partidos políticos registrados o tratamento de dados pessoais sensíveis referentes à opinião política e filiação partidária de seus filiados ou de apoiadores para a realização de suas atividades legítimas, em especial a participação no processo político eleitoral.

Penalidades

Competência: Justiça Eleitoral x ANPD x Ambos?

Em geral, no mundo a responsabilidade por punir quem trata dados de forma irregular no processo eleitoral não é da autoridade eleitoral

EUA - Multa ao Facebook - Eleição de Trump - Agência de Consumidor

Contato e Material



Prof.brunoandrade



<https://bit.ly/3EAiP5m>